

**Intervenção do Presidente da Assembleia da República,
Jaime Gama,*1,**

**No Ciclo de Conferências sobre A República, os Açores e a
Autonomia**

**promovido pela Câmara Municipal de Ponta Delgada
em colaboração com o Instituto Cultural de Ponta Delgada**

22.06.2010

***1 Recolha da Intervenção Oral**

Sr. Presidente do Instituto Cultural de Ponta Delgada, Sr. Reitor da Universidade dos Açores, Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Distintos Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Foi com grato prazer que acedi ao convite que me foi dirigido para produzir algumas palavras na Câmara Municipal de Ponta Delgada integrado num ciclo de conferências que tem por finalidade reflectir, debater, pensar, inventariar o Centenário da República.

Devemos fazê-lo e fazemo-lo com gosto, porque todos os acontecimentos históricos carecem de ser devidamente estudados. Seguramente, nenhum de nós é a favor das chamadas celebrações laudatórias, mas, sim, a favor da pontualização de datas e acontecimentos para, ao redor deles, procurar conhecer melhor a nossa história, o nosso passado e, conseqüentemente, procurar entender melhor o nosso próprio presente e o nosso futuro.

Por isso, foi com prazer que acedi a este convite, porque ele também me permitiu organizar as minhas próprias ideias em relação à reflexão sobre estes acontecimentos.

A minha intervenção, que procurarei que seja simples e sistematizada, terá duas partes: na primeira, procurarei analisar a implantação da República e o que é que isso significou no nosso País; na segunda, na medida da documentação de que disponho, do conhecimento que possuo e da reflexão que tenho realizado, procurarei elaborar algumas ideias sobre o que foi esse acontecimento nos Açores, em especial em Ponta Delgada. Depois, retirarei algumas conclusões.

Poderemos perguntar-nos como surgem em Portugal as ideias republicanas e como é que estas ideias acabam por lograr êxito em relação à retirada de legitimidade à monarquia, a monarquia que teve, em Portugal,

um papel fundamental na sua criação como país, na sua organização, na sua afirmação durante a Idade Média, um papel absolutamente relevante na expansão e nas Descobertas e que, depois, logra também, com a dinastia de Bragança, em 1640, e com a recuperação da Independência, uma legitimidade fortíssima.

Como as ideias transitam, como as ideias evoluem e como um regime monárquico, na sua evolução, acaba por ser surpreendido por uma revolução republicana e por uma mudança de regime? Como é que isso acontece? Pois bem, comecemos pelo próprio sistema monárquico.

A recuperação da independência, em 1640, é realizada por D. João IV, na modalidade de monarquia absoluta e tem uma forte legitimidade no seu enraizamento nacional. Isso é um forte capital.

A monarquia evolui para uma configuração de monarquia absoluta, em especial nos reinados seguintes, onde a afirmação do Estado absoluto é já uma afirmação feita em negação de uma parte da monarquia tradicional portuguesa. Temos que compreender que o absolutismo, prefigurado já com D. João V, mas em especial com D. José e com o Marquês de Pombal, é a realização de uma poderosíssima acção de centralização. Essa acção de centralização deixa naturalmente descontente um largo sector da nobreza, que vê confiscados os seus direitos tradicionais na formação da vontade da coroa portuguesa. E a ideologia subjacente à monarquia absoluta, nessa fase, é também uma ideologia que leva o seu grau de centralização não só a uma parte da nobreza mas também em relação à própria forma tradicional como a Igreja católica se encontrava organizada no País.

Portanto, há aqui um início de dissídio, de enfrentamento com esses dois sectores.

Depois, a própria monarquia absoluta é confrontada com uma realidade internacional que não lhe cabia controlar: o fenómeno

napoleónico, as invasões napoleónicas e a necessidade da deslocação da capital do País para o Brasil, o que ainda é feito com D. João VI, na sua primeira fase, como regente de D. Maria I, e, na sua segunda fase, como rei.

Isso leva a que o poder régio tenha, a partir daí, que lidar com questões altamente complexas: uma é a situação internacional propriamente dita, outra é a própria situação da coroa no Brasil e outra ainda é o que se passava e veio a passar politicamente na “província europeia” do império português, que era Portugal. Isto tem consequências enormes para a forma de organização do Estado português e para a própria forma de legitimar a liderança da coroa no Estado português.

Esse período dos enfrentamentos revoltosos – dos que, em Portugal, querem o regresso do rei, dos que, no Brasil, querem a permanência do império, dos que, no Brasil, querem fazer a sua independência, uns sem a coroa portuguesa, outros com ela, e dos que, em Portugal, querem regular o problema do modelo de Estado –, prolonga-se, praticamente, por todo o século XIX, afectando também a coroa portuguesa e a sua legitimidade no conjunto do País.

Nesse período, basicamente, os interventores na guerra civil, na guerra que opõe absolutistas e liberais, dividem-se em três campos que estão permanentemente presentes na monarquia portuguesa em todo o século XIX, sendo um o campo absolutista, que não quer mudar o modelo de monarquia absoluta, que, inspirando-se no modelo austríaco, tem aliados na Europa e é, basicamente, prefigurado pela aliança entre D. Carlota Joaquina, que é espanhola e é adversa à revolução liberal, e pelo seu filho D. Miguel; outro campo é o de D. João VI, o marido, com quem ela e o filho mantêm uma guerra civil, que é um compromisso, não sendo

claramente de um lado nem de outro; outro campo ainda é o de D. Pedro, que, sendo liberal, é um dos adversários.

Mas há um outro campo adversário, que é o campo do Vintismo, daqueles que tinham realizado a Revolução de 1820, no Porto, que eram monárquicos já muito pouco monárquicos, pois, aceitando a coroa e respeitando a figura do rei, no fundo, defendiam – é isso que está patente na Constituição elaborada por essa Assembleia Constituinte – um regime monárquico «ultra-leve», em que o rei era praticamente um símbolo na cúpula do Estado, mas em que os seus poderes em relação à condução efectiva da política eram extraordinariamente limitados.

Portanto, no século XIX português, temos os absolutistas, os vintistas, que são monárquicos muito «ligeiros», e depois os cartistas, com os quais, aliás, se identificam D. Pedro, o Duque de Palmela e outros, que entendem que o regime político não deve ser absolutista mas liberal, através de uma monarquia constitucional, cujo modelo não pode nem deve ser estabelecido através de uma assembleia constituinte, mas outorgado pelo rei através de uma carta constitucional.

No fundo, na guerra civil portuguesa do século XIX estão sempre presentes estas três facções. Há uma cisão maior entre absolutistas e liberais, mas no campo liberal há sempre dois segmentos em disputa: um favorecedor da carta constitucional e de instituições em que o rei ainda tem poder, como poder moderador, em que há uma câmara de deputados mas, ao mesmo tempo, há uma câmara dos pares, com nobres liberais designados pelo rei e também os bispos titulares das dioceses; e a outra facção, que é sempre favorecedora ou de uma assembleia parlamentar única ou de uma assembleia parlamentar em que a segunda câmara não é uma câmara de pares, mas um senado eleito.

Este modelo está sempre em discussão no século XIX. De certa maneira, podemos dizer que as ideias republicanas representam uma continuidade em relação ao campo vintista. Isso é manifesto, quer em relação às figuras históricas, quer no tipo de ideias que são defendidas, o que até permite concluir que a origem do pensamento republicano em Portugal tem muito a ver com a ala esquerda do campo monárquico, com esse sector vintista, da Patuleia, que tem a ideia de que a verdadeira monarquia acabará sempre por evoluir para uma república, em que o rei pode permanecer como vértice simbólico das instituições, mas sem que tenha um poder muito forte sobre elas.

Isto, em Portugal, é também muito influenciado pela sequência de acontecimentos internacionais, porque em 1873/1874 é proclamada uma república em Espanha. No caos das guerras internas espanholas, há um período de proclamação da república e isso, ainda no século XIX, tem influência sobre o pensamento político dos portugueses.

Também em França há uma república, em 1870, e em Itália há o movimento de unificação, que é feito contra os estados pontifícios, contra a Áustria, com o apoio indirecto de França. É um movimento que tem sempre presente várias componentes: tem presente uma componente monárquica, com o rei Vitor Emanuel e com o seu primeiro-ministro Cavour, havendo sempre latente uma tensão republicana, com o doutrinador Mazzini e os revolucionários da unificação de Itália, comandados por Garibaldi.

Cavour era um político muito hábil e com o rei Vitor Emanuel conseguiu empregar Garibaldi, que era um republicano, ao serviço de uma unificação que era monárquica, isto sem nunca ter perdido o controlo da situação em relação às tropas de Garibaldi, que eram usadas circunstanciadamente, consoante era necessário empregá-las, ou que eram

desmobilizadas, consoante era necessário desmobilizá-las, para não afectar o equilíbrio final de todo o sistema.

Também a circunstância de os Estados Unidos terem proclamado a sua independência em relação a Inglaterra, como república, e de o Brasil, no final do Império brasileiro, ter também proclamado uma república tem influência em Portugal, porque, apesar de vivermos a época que vivíamos, havia comunicação, havia migrantes, havia movimentação de ideias, havia jornais e livros que circulavam e tudo isso acaba por exercer influência.

Portanto, podemos dizer que há antecedentes de republicanismo no chamado radicalismo do campo monárquico, nos radicais, que já estavam activos no campo monárquico – são os vintistas, são os setembristas, de 1836, os autores da Patuleia, da esquerda liberal, os históricos.

O próprio Partido Progressista, e em especial a dissidência progressista, que depois acaba por ser aliada do movimento republicano, tinha implícitos imensos traços de doutrina que já marchava entre uma monarquia débil e um republicanismo envergonhado.

Isso é também muito visível depois do regicídio, no chamado Governo de Acalmação, que tem lugar no reinado de D. Manuel II. O regicídio tem um efeito muito forte do ponto de vista simbólico sobre a casa real e sobre o campo político monárquico e, em vez de ter havido uma reacção dura e enérgica, o que houve foi o afastamento, por D. Manuel II e os seus conselheiros, de todos aqueles que tinham desempenhado um papel mais ríspido no período final do reinado de D. Carlos e a sua substituição por políticos que vão erigir como bandeira de governação a acalmação.

Acalmação quer dizer que vão dar razão ao que os republicanos dizem e vão pôr em execução parte das políticas dos republicanos, no que se refere ao ensino, à relação com a igreja e a imensas outras questões da

vida social e política portuguesa. O governo de Teixeira de Sousa foi interessante, mas sem resultado.

Portanto, podemos ver que há aqui uma continuidade que estava já muito presente na vida portuguesa desde períodos anteriores.

Depois, o movimento republicano, ao apresentar-se como um movimento natural, também tem a capacidade de gerir com sentido profissional algumas campanhas de propaganda e de explorar alguns desaires da monarquia. É o que faz em relação ao Ultimato, com a utilização da temática da decadência nacional *versus* necessidade de afirmação de um império que se desfaz; é o que realiza com o centenário de Camões, que também é pretexto para uma exaltação patriótica aglutinadora, por contraposição ao que implicitamente se poderia considerar uma decadência das instituições monárquicas; é o que é feito em relação à celebração do centenário do Marquês de Pombal, que está na mesma linha de propaganda, mas dirigida à Igreja católica, em especial a uma das ordens religiosas, os jesuítas, e que se insere nesta lógica de grandes temáticas e grandes causas usadas numa perspectiva de propaganda e de aglutinação de um estado da opinião pública favorável aos seus objectivos.

Esse movimento é realizado com alguma naturalidade, na sociedade portuguesa. É uma disputa de ideias. Não havia televisão nem rádio, mas havia imprensa, livros, conversas, cafés, discussões e, portanto, é uma acção que é realizada com naturalidade na sociedade portuguesa.

Temos também de ter em linha de conta que, na fase do rotativismo monárquico, basicamente, há duas forças políticas, os regeneradores e os progressistas, as quais, na sua etapa final, deram lugar a dissidências. No campo regenerador, João Franco constitui o Partido Regenerador Liberal, achando que a metodologia empregue pelos regeneradores já não é susceptível de responder às questões políticas do momento, e, no campo

progressista, também se constitui a dissidência progressista, a qual preconiza e realiza na prática uma aliança com os republicanos.

Na altura, Portugal era um país com uma pequena população, muito pobre, onde o analfabetismo era muito grande. Esses dois partidos eram basicamente constituídos por notáveis e tiveram facilidade, qualidade e qualificação para organizar a integração política no mundo da província, na sociedade rural, mas tiveram dificuldade em responder aos grandes meios urbanos. Aliás, é isso que leva João Franco a fazer a dissidência no campo regenerador. Ele sente a necessidade de apelar para esse tipo de eleitorado urbano, bem como a dissidência progressista, de certa forma, porque procuram ambos travar a ascensão do movimento republicano que trabalha mais o grande meio urbano.

A base dos republicanos é, fundamentalmente, o grande meio urbano e isso é também algo que entra como um factor novo no jogo político: o grande meio urbano *versus* o meio rural, o partido de opinião *versus* o partido de notáveis – são dados novos que entram na vida política portuguesa e têm grande relevância.

Naturalmente, o programa republicano vai buscar as suas raízes ao iluminismo, ao liberalismo radical, não teorizando muito sobre o regime político nem a forma de organização do Estado, com excepção da abolição da coroa. Aliás, ver-se-á depois que, na Assembleia Constituinte, há uma enorme apreensão sobre que tipo de regime instituir, surgindo ideias muito variadas que, todas elas, revelam como não havia, porventura, uma ideia prévia sobre a organização detalhada do sistema político.

Há discussões infundáveis sobre se o modelo deve ser o da Suíça; se o modelo deve ser o de um presidencialismo forte; se o modelo deve ser o da separação absoluta de poderes; se deve ser o de um parlamento de câmara única ou de duas câmaras e o que deve, ou não, significar uma

segunda câmara; se o governo deve ou não responder perante o parlamento; qual o papel do Presidente da República e se o Presidente da República deve ou não ter poderes e quais; qual a duração do mandato do Presidente da República e se ele pode ser destituído, ou não, pelo congresso a qualquer momento.

Portanto, há uma grande indefinição no campo republicano sobre o modelo de Estado republicano. Dá até um pouco a impressão de que essa questão não tinha sido discutida, porque a propaganda e o ideário republicanos se centram muito mais em temas como o do município, o da federação, o da representação das minorias, dizendo que o sistema proporcional não era um sistema adequado, porque o que interessava era garantir sempre, num círculo eleitoral, um lugar para a maioria e um para a minoria, independentemente dos votos que a maioria e a minoria tivessem.

Também se põe o problema do mandato imperativo, isto é, os eleitos serem-no para o cumprimento de um programa e, caso não o cumprissem, serem demitidos ou substituídos, o que é uma ideia que podemos considerar generosa, mas que é impraticável do ponto de vista de eleições de titulares de um órgão institucional, ou o problema da separação da Igreja e do Estado, na sua versão mínima, e, na sua versão máxima, uma guerra surda e uma diminuição de poder ou mesmo desaparecimento daquela; ou o problema da chamada laicização do ensino, da secularização do nascimento, da vida e da morte, com a obrigatoriedade do registo civil, a criação de movimentos para o registo civil obrigatório, enfim, coisas que hoje nos podem parecer absolutamente sem sentido, mas que tiveram, na época, um papel de enorme relevo na discussão política, como também a consideração de um modelo de escola cívico-patriótica, em que a escola era uma oficina onde se fabrica o cidadão e o professor era o sacerdote laico da igreja cívica do povo, ou seja, uma ideia sobre conteúdos de ensino

radicada num programa essencialmente político, obviamente, neste caso, em conflito com a Igreja católica.

Portanto, um vasto conjunto de ideias bebido ao longo dos anos em pensadores como Fourier, Proudhon, Louis Blanc, Lamartine, Py y Margall, Stuart Mill, Tocqueville, Auguste Comte, Littré. Uma mistura de historicismo, naturalismo, cientismo, moral-social optimista e sociologismo positivista e organicista constitui o quadro geral de referência do pensamento republicano.

Aliás, vários programas políticos republicanos são apresentados em Portugal: o primeiro, federalista, em 1873; o programa democrático e o novo programa federalista, em 1886 e 1888, e o programa de 1891.

A formação do Partido Republicano nasce de um movimento, de uma amálgama de clubes de pensamento, de grupos, de sociedades, umas mais outras menos secretas, de semanários, de publicações várias, de propagandistas e doutrinadores, como Elias Garcia, em Lisboa, e Rodrigues de Freitas, no Porto, que vão construindo uma vasta rede em que os momentos essenciais são a formação do Centro Republicano Democrático, em 1876, e a constituição do Partido Republicano propriamente dito, em 1883.

Temos de ter presente que, em 1876, é fundado o Partido Progressista, o qual é lançado no campo monárquico com a ideia de criar uma alternativa aos regeneradores, sendo até fomentado, na sua formação, pela Casa Real, com a ideia de que um dia acabaria a hegemonia de um Partido Monárquico e seria necessário ter outro para o substituir, para que a monarquia pudesse sobreviver a essa mudança governativa. E a ideia de constituição do Partido Progressista tem a ver com alguma concorrência ou competição com o movimento republicano emergente.

Também nessa altura, em 1875, tinha sido fundado o Partido Socialista, que sempre foi um partido pequeno e praticamente sem expressão eleitoral, mas que tinha uma elite intelectual significativa, com capacidade de elaboração de documentos e com figuras bastante conhecidas na vida portuguesa.

Quando é fundado o Partido Republicano, em 1883, no início, tem uma vida de pouca pujança. Um dos seus sectores lança-se no 31 de Janeiro de 1891, no Porto, numa acção político-militar que acaba por não triunfar. Mas esse não triunfo do 31 de Janeiro dá bastante vitalidade ao movimento republicano, que vai explorar o fracasso no sentido de fazer crescer as suas expectativas e as suas pretensões. Então, a partir daí e com o que acontecera antes com o Ultimato, em 1890, o movimento republicano tem um grande crescimento na sociedade portuguesa, apoiando-se muito em organizações paralelas, como a maçonaria e a carbonária, e naquilo a que alguns autores chamam a base sociológica fundamental do movimento republicano no País, que era o caixeirismo jacobino.

O que era o caixeirismo jacobino? São os empregados de loja, que eram agentes difusores do pensamento republicano e que se encontram, nas análises estatísticas, entre o grupo social mais integrado no movimento republicano.

O caixeiro, no momento em que o comércio aparece com mais vitalidade – não o comércio tradicional, das feiras, mas o comércio citadino, em que há uma verbalização de mensagens ao cliente – desempenha um papel importante na sedimentação deste movimento no País.

O Partido Republicano, que já tinha concorrido a várias eleições, municipais e nacionais, e que tinha obtido alguns resultados significativos, designadamente em Lisboa, mas nunca resultados que pudessem fazer

aceitar a tese de que, por via eleitoral, acabaria por ser vencedor, começa a gerar a ideia de que só através de um golpe, de um movimento que englobasse, simultaneamente, parte do sistema militar e das forças de segurança, através das baixas patentes, grupos de civis armados, comandados pela carbonária, e movimento popular seria susceptível operar uma mudança de regime. No fundo, é isso que leva ao 5 de Outubro de 1910, com toda a série de eventos que bem conhecem.

É interessante dizer que o primeiro período da República dura do 5 de Outubro de 1910 até às eleições para a Constituinte, em 20 de Maio de 1911. Até aí, o governo provisório governa sem nenhum controlo parlamentar, é o governo de um golpe vencedor. Nessa altura, o governo é presidido por Teófilo Braga, um açoriano natural de Ponta Delgada.

Este era um governo que governava por decreto, fazendo aprovar grande parte das leis que constituíam o essencial do programa republicano. Só em 24 de Agosto de 1911 é que eleito no Congresso o primeiro Presidente da República, verificando-se desde logo a primeira clivagem no movimento republicano, que, até aí, era um só.

Nessa eleição já havia dois candidatos: um candidato, Bernardino Machado, apoiado por Afonso Costa, que é o sector mais radical do campo republicano, e Manuel de Arriaga, apoiado pelo chamado Bloco, que eram as duas outras correntes do movimento republicano, uma centrista, os evolucionistas, de António José de Almeida, e outra de direita republicana, os unionistas, de Brito Camacho.

A República vai ter, nos seus 16 anos de vida, sempre presentes estas clivagens. Aliás, é interessante verificar como depois, no final, elas próprias se dividem ainda em grupos mais pequenos, que fazem ou não alianças, mas o campo republicano tinha nitidamente estas três linhas de orientação: uma mais radical, mais impregnada por um ideário anti-clerical,

jacobino, porventura, com quadros com capacidade, mas com um programa ditado por Afonso Costa, de enfrentamento forte com a Igreja e com outros sectores tradicionais da sociedade portuguesa; uma direita republicana, com Brito Camacho; e um centro republicano, com António José de Almeida.

Toda a história do período republicano é perpassada por este enfrentamento, que se realiza por via eleitoral democrática, por via de golpes de força ou por via da intervenção militar, estimulada por este ou aquele inspirador político.

É isso que caracteriza toda a I República. Portanto, um sistema onde há fragilidade das instituições políticas, em que a base eleitoral era reduzida, porque um dos dogmas que têm os republicanos em matéria eleitoral, para contrariar o campo monárquico, é o de não aceitar os votos dos analfabetos e o voto das mulheres. Aliás, a questão do voto feminino daria polémica no campo republicano.

Também as cisões no campo republicano, quer a cisão inicial das três grandes famílias políticas, depois acompanhada por inúmeras cisões que levam à formação de pequenos partidos (a Esquerda Democrática, no campo do Partido Democrático, o Partido Reconstituente, o Partido Liberal, o Partido Nacionalista, no campo dos almeidistas e camachistas), vão enfraquecendo o campo da República ao longo do tempo, bem como a instabilidade governativa (em 16 anos, 48 governos), o conflito com a Igreja, que é um conflito a todos os títulos prejudicial à República, e a questão da participação na I guerra mundial.

É certo que a entrada guerra não foi originada pelos republicanos e ela aconteceu primacialmente em relação a Angola e a Moçambique. Mas aí também o campo republicano se divide, porque uns acham que Portugal não deve entrar na guerra, outros acham que Portugal só deve entrar na guerra para defender as colónias de África, Angola e Moçambique, e outros

acham, como é o caso do grupo ligado ao Afonso Costa, que é fundamental a entrada na guerra na Europa para consolidar a própria República e legitimar as pretensões portuguesas numa regulação final do tratado de paz e que só através de uma intervenção na guerra na Europa é que isso podia ser resolvido.

É obvio que a entrada na guerra, no seu final, foi de resultados escassos para Portugal, causou imensas baixas e, sobretudo, fez concentrar aí todos os recursos nacionais, desgastando as finanças públicas no seu suporte e não nouro tipo de investimentos ou prioridades.

E a guerra teve ainda o condão de irritar a parte militar, porque uma parte dos militares não queria entrar na guerra, achando que não havia preparação suficiente; a outra parte, muito aguerrida, queria entrar de todas as formas e feitios e, depois, como o Exército estava fora do País, uma parte do campo republicano resolveu reforçar a Guarda Nacional Republicana, como se esta pudesse ser uma força alternativa ao Exército, com mais armamento e mais peso do que este. Isso deu imensos problemas e atritos entre esses dois quadrantes e gerou imenso descontentamento entre o corpo de oficiais do Exército.

Portanto, este foi também um factor poderoso de enfraquecimento do campo republicano e de libertação de um potencial inesgotável para o que se passou em seguida.

Quanto ao enquadramento do campo republicano, a sequência é basicamente esta.

Vamos agora ver como isto tem uma articulação com o que se passou aqui nos Açores, em especial em Ponta Delgada, onde a difusão das ideias republicanas remonta a 1880, à criação do Centro Republicano Federal, por Manuel da Ponte, e à publicação do semanário “República Federal”.

Em relação ao regime republicano, não podemos dizer que este foi levado ao poder por um movimento popular nos Açores. Mas também não podemos dizer que, nos Açores, o regime republicano viria a morrer derrubado por um movimento popular. Há, portanto, uma relativa periferização da história política e uma distância que leva também a que o acontecimento não tenha aquele fulgor, nem quando aparece nem quando se extingue.

O regime republicano tem, aliás, a particularidade de não ter gerado, em relação aos Açores, nenhuma legislação de tipo especial, porque repõe praticamente os códigos administrativos em vigor durante a monarquia constitucional, códigos, aliás, descentralizadores.

Portanto, o regime autonómico traçado na legislação monárquica mantém-se durante a República. Isto é, mudam os governadores civis, mudam os titulares das juntas gerais, mudam as câmaras, mudam as juntas de paróquia, numa primeira fase com comissões administrativas, mas depois, nas fases seguintes, com eleições, mas o sistema e o regime das finanças públicas mantém-se aquele que era no período monárquico, sem alteração fundamental.

Nos Açores, em Ponta Delgada em especial, podemos ver, em primeiro lugar, em relação ao campo republicano, um dado interessante: desde o início, em Ponta Delgada não há praticamente uma tripartição do campo republicano, isto é, há afonsistas e camachistas, mas não há praticamente evolucionistas. Este é um assunto que eu próprio gostaria de ver mais aprofundado e dilucidado.

Como sabem, não temos ainda uma publicação sistémica sobre quem foram os presidentes de câmara e os vereadores em todo o período da I República, não temos também uma publicação sobre quem foram todos os presidentes e membros das juntas distritais e conhecemos quem foram os

governadores civis, mas não há um estudo global, as suas biografias, como é que acedem ao poder e a que partidos pertencem. Conhecemos os deputados e os senadores, mas a elencagem completa do pessoal político durante a I República está por realizar, e isso favoreceria muito uma melhor elucidação dos nossos estudos e investigações. Uma das primeiras verificações que pudemos fazer é a de que, em Ponta Delgada, o partido ou a corrente central da República – os almeidistas - não tem uma grande expressão na composição das listas de deputados, das listas de senadores e, porventura, dos órgãos juntas distritais, câmaras e juntas de paróquia, no distrito de Ponta Delgada.

Portanto, há aí um fenómeno interessante do ponto de vista do registo estatístico.

Depois, há a circunstância, essa absolutamente indesmentível, de estarem, na origem nacional do movimento republicano e das ideias republicanas, desde o período da monarquia, fortemente envolvidos no núcleo central do movimento ilustres açorianos.

Já não refiro Antero de Quental, porque ele é um poeta, um filósofo, e, no campo político, o seu percurso é difícil de ser circunscrito em termos de vocabulário político actual. Antero de Quental, em alguns textos, fala de República mas noutros é um socialista moral monárquico. Aliás, não gostava do Partido Republicano Português. Portanto, é uma figura que tem de ser entendida como um intelectual mais do que propriamente como um político prático.

Mas, na verdade, no movimento republicano, encontramos, desde o início, Manuel de Arriaga, um faialense; Teófilo Braga, um micaelense; Eduardo Abreu, que é um terceirense ilustre, altamente influente na origem do movimento republicano em Portugal; Goulart Medeiros, um faialense que foi ministro de Pimenta de Castro e Presidente do Senado da

República, influente, durante o próprio período da monarquia, na origem das ideias republicanas; Nunes da Ponte, da Ribeira Grande, que foi figura grada na formação do movimento republicano, tendo chegado a ser Presidente da Câmara dos Deputados no período de Sidónio Pais e tido muitos outros cargos, como o de ministro.

Todos estes fizeram parte do núcleo central do movimento republicano no País e eram figuras destacadíssimas. Manuel de Arriaga é quem escreve os estatutos e o programa do Partido Republicano.

Muitas vezes, limitamo-nos muito a Manuel de Arriaga e a Teófilo Braga quando falamos da questão dos açorianos envolvidos no movimento republicano, mas há mais e enormemente importantes.

Também aqui os estudos deviam circunscrever com mais rigor toda esta interacção.

Não há dúvida de que, quando o Presidente Manuel de Arraiga se enfrenta com os democráticos, com Afonso Costa, escolhe para primeiro-ministro um militar, Pimenta de Castro, na ideia de fazer uma mediação e um governo mais equilibrado; depois, defronta uma rebelião conduzida pelo Partido Democrático e acaba por ter de se demitir de Presidente da República. Aliás, escreveu um livro muito interessante sobre isso e não é por acaso que só há poucos anos foi para o Panteão Nacional.

Manuel de Arraiga foi submetido a um julgamento pelos republicanos afonsistas, pela sua conduta, pela nomeação de Pimenta da Castro, o qual, nessa altura, foi exilado para Angra, juntamente com Goulart Medeiros, que era membro do governo de Pimenta de Castro. Todos foram indicados por Manuel de Arriaga, pertencendo, portanto, a um campo centro-direita no espectro republicano, e aqui mantêm um enorme contacto político com o antigo dirigente do Partido Progressista em Ponta Delgada, José Maria Raposo do Amaral.

Dessas conversas, é natural que resulte aquilo que caracteriza muito a vida política nos Açores no final da República, que é a ideia de um vasto conjunto de alianças flexíveis e móveis entre os vários segmentos da direita republicana, com a participação ocasional de monárquicos, mas não só, visando isolar e rebater o Partido Democrático. Isso não é tão visível na Terceira nem na Horta, é muito visível aqui, em Ponta Delgada. É uma característica do sistema político no distrito de Ponta Delgada.

Depois, a circunstância, aliás, conhecida e referida, da entrada de Portugal na guerra traduziu-se, nos Açores, na consciência de uma insegurança máxima, pela ausência de sistemas de defesa, com a presença de forças americanas um pouco tardia e unilateralmente, a incapacidade do Estado português para gerir adequadamente essa relação complexa, os ataques dos submarinos alemães, os ataques aos navios de abastecimento aos Açores, uma questão grave de subsistências.

Portanto, os Açores, no meio da República, são confrontados com a expressão naval da I Guerra Mundial e com o que isso implica de sentimento de insegurança, de falta de abastecimento e de fragilidade geral do sistema do Estado para defender esta zona do seu território.

Obviamente, isso tem muita importância nesse período e daí que a sedução por alguns tropismos de autoridade no período republicano, manifestamente, tenham tido também algum eco no distrito de Ponta Delgada, que, aliás, no caso da I Guerra Mundial, é o distrito mais afectado pelas acções militares dos submarinos alemães.

Machado dos Santos esteve também exilado em Ponta Delgada; ele foi o homem que venceu as batalhas da Rotunda e, depois, foi uma figura incontrolável no campo republicano. Era um radical que tanto tinha opiniões que podemos caracterizar de muito à esquerda como de muito à direita. Era um «míssil» sem controle dentro da República, mas tinha um

grande carisma e era um homem com um imenso poder de aglutinação de grupos de acção, grupos de choque, grupos de bombistas, proclamador de manifestos e declarações ao País, e tinha, portanto, uma grande actividade e uma grande dinâmica no campo político.

Aqui, nos Açores, particularmente em Ponta Delgada, o espectro político começa também a evoluir e cria-se um Partido Regionalista. Este Partido Regionalista vai buscar as suas raízes ao movimento autonomista do século passado, mas, na minha opinião, não o podemos considerar como um movimento absolutamente idêntico, porque é um movimento onde já imperam razões de reflexão política muito mais de ordem nacional do que local, que manobra e instrumentaliza a causa autonomista e, de resto, não mereceu o apoio dos líderes do primeiro autonomismo.

É certo que o ideário mais acessível à comunicação é um ideário regional, mas as questões que estão por detrás são questões que têm a ver com uma crítica global ao sistema radical da República, articuladas com aqueles que, no plano geral do País, também faziam a crítica ao sistema radical da República: reorganiza-se a causa monárquica, nos Açores, o Integralismo Lusitano, porque nessa ocasião os próprios monárquicos estão divididos, havendo uns que seguem D. Manuel II e outros que os acham fraco como líder, e aí temos a Acção Realista Portuguesa, o Integralismo Lusitano. Isto é, no campo monárquico, há também uma «partição de águas», mas todos acabam por ter aqui a sua influência, assim como se organiza, embora mais tarde, o próprio Centro Católico, com a vocação de intervir politicamente, a Cruzada Nun'Alvares, e são lançados também movimentos regionalistas de índole cultural.

Pois bem, o Partido Regionalista acaba por ser um movimento em que convergem, para isolar o Partido Democrático, por não haver nos Açores evolucionistas, alguns antigos monárquicos, críticos da República,

que já não vêm da lógica da antagonização entre progressistas e regeneradores, porque pertencem a uma geração mais nova, integrando-se mais nos movimentos como a Acção Realista, os movimentos da monarquia do Norte, o Integralismo.

O que é interessante verificar é como o Partido Regionalista se estabelece em Ponta Delgada, no período sidonista, porque Sidónio Pais realiza eleições presidenciais e eleições parlamentares. Os partidos tradicionais da República não concorrem – nem os evolucionista, nem o Partido Democrático, nem os unionistas, de Brito Camacho, embora toda a gente diga que Brito Camacho apoiou Sidónio Pais mas, depois, não levou esse apoio até ao fim e retraiu-se – e, então, pela primeira vez na história da República, concorre o partido de Sidónio Pais, que é um partido que vai buscar gente de todo o País, no espectro mais conservador da República, chamado Partido Nacional Republicano, o qual ganha as eleições largamente, e as listas monárquicas e as listas do Centro Católico, pela primeira vez, candidatam-se a sufrágio e ganham assento no Parlamento sidonista.

E, nessas eleições sidonistas, o Partido Regionalista decide, em Ponta Delgada, apoiar uma lista conjunta Açores-Madeira para o Senado e apoiar a candidatura presidencial de Sidónio Pais, mas não deixa integrar sidonistas nas listas de deputados.

A lista que é eleita por Ponta Delgada tem um monárquico, António Hintze Ribeiro, e dois elementos independentes, Duarte Manuel de Andrade Albuquerque Bettencourt e José Jacinto de Andrade Albuquerque Bettencourt.

Nas eleições de 21, temos um espectro político subtil, porque em Ponta Delgada são eleitos dois elementos do Partido Liberal. Hermano José de Medeiros e Luís Bernardo Leite de Ataíde, um do Partido Regionalista,

António Hintze Ribeiro (que aliás era monárquico) e um do Partido Reconstituente, Augusto Arruda.

Note-se que o Partido Liberal é o partido de António Granjo. Portanto, na direita republicana, os unionistas, de Brito Camacho, evoluem para o Partido Liberal, de António Granjo, e depois para o Partido Nacionalista, de Ginestal Machado. É esta a evolução do corpo político na direita republicana.

Nas eleições de 21, é Governador Civil Francisco Luís Tavares, homem extremamente importante no distrito de Ponta Delgada, que vem do Partido Republicano do tempo da monarquia, foi deputado à Constituinte e governador civil várias vezes, é um homem do campo moderado da República que adere ao camachismo. Aliás, nestas últimas eleições, foi candidato por Beja, por um distrito do Alentejo e não por Ponta Delgada, mas, sendo governador civil, tinha grande influência em toda esta aliança, porque ele era defensor de uma aliança entre uma parte dos monárquicos, os regionalistas e os republicanos moderados, sendo esta a política que seguia.

Mais à frente, nas eleições de 22, que são ganhas pelo Partido Democrático, os eleitos são Botelho de Sousa e Virgílio Saque, antigo governador civil, e pelo Partido Liberal é eleito novamente Hermano José de Medeiros. Nas eleições de 22, há um retrocesso deste campo político, mas depois, nas eleições de 25, o movimento regionalista endossa a sua candidatura a dois elementos açorianos do Partido Nacionalista, Filomeno da Câmara e Amorim Ferreira, que eram militares, que se candidatam com o apoio dos regionalistas, têm um enquadramento doutrinário simpático para os regionalistas mas, no fundo, são do Partido Nacionalista e já antevêm uma solução autoritária.

Filomeno da Câmara, é conhecido, tinha sido um dos autores do 18 de Abril, um dos movimentos que antecede o 28 de Maio, assim como Raúl Esteves e Sinel de Cordes, e, depois, já durante a Ditadura Militar, Filomeno da Câmara vai ser autor de uma tentativa de golpe de Estado para corrigir a orientação desta – foi conhecida pela Revolta dos FiFis, que, além de Filomeno, principal autor militar, tinha Fidelino Figueiredo como o principal autor doutrinal. Mais à frente, Filomeno da Câmara, um dos homens com valor simbólico forte para a organização do 28 de Maio, acaba por entrar em confronto com a Ditadura Militar e depois com o próprio Salazar, acabando por ser destituído de Alto Comissário em Angola e terminando a sua carreira militar no próprio regime saído da Ditadura Militar.

Amorim Ferreira acaba por seguir um percurso de integração na União Nacional e não é um político tão dinâmico e contundente como Filomeno da Câmara.

Nestas eleições de 25, são eleitos (na aliança regionalista-nacionalista) Filomeno da Câmara e Amorim Ferreira, que não aceitam na lista Hintze Ribeiro, e é eleito, pelo Partido Democrático, Augusto Arruda. Os candidatos são Augusto Arruda e Oliveira São Bento, sendo eleito apenas Augusto Arruda. O último governador civil do Partido Democrático é Jaime Hintze.

Portanto, há aqui um trajecto muito interessante. Falta-nos estudar com mais rigor, e passo à fase final, o conjunto dos deputados, dos senadores, dos governadores civis, dos presidentes e membros das juntas gerais, dos presidentes e membros das vereações municipais e dos presidentes e membros das juntas de paróquia, os partidos a que pertencem bem como as direcções locais dos partidos políticos, as tendências

maçónicas com que se articulam ou não e a sua conexão com movimentos nacionais à direita e com o Centro Católico.

Espero que esse estudo seja feito, porque é absolutamente indispensável o conhecimento mínimo das respectivas biografias e os resultados eleitorais obtidos. É muito importante conhecer o nome das pessoas, as localidades, o número de votos que obtiveram, quem eram ou não eram, por que partidos concorriam.

Depois, parece-me que, neste período, sintetizando o espectro político no distrito de Ponta Delgada, podemos encontrar genericamente três campos: o campo republicano, com herdeiros do Partido Republicano fundador que evoluem para o Partido Democrático, Augusto Arruda, António Medeiros Franco, Jeremias da Costa, e, com outro trajecto político, Hermano José de Medeiros.

No campo republicano, como disse, há uma ausência de evolucionistas, de simpatizantes de António José de Almeida, que era o corpo central da República.

E há a emergência, no desembarque de alguns proto-autoritários, de uma tentativa de neo-autonomismo, não validada pela anterior geração autonomista ou o que dela restava.

No campo monárquico, temos progressistas, basicamente organizados em torno da figura de um talentoso político do século XIX e do princípio do século XX, José Maria Raposo do Amaral, criador, nos Açores, de um fenómeno próprio, o Partido Progressista Autonomista, que é, como se pode compreender, um conceito dinâmico para «apanhar» no Partido Progressista o movimento autonomista; paradoxalmente, o Partido Progressista, em muitos momentos, alia-se tacticamente com o pequeno Partido Socialista existente.

No campo regenerador dos monárquicos, temos os políticos regeneradores, os autonomistas monárquicos de tendência regeneradora, que, vindo aliar-se ao campo regenerador – podemos considerá-los um prolongamento do campo regenerador –, estão já perpassados pelas novas correntes doutrinárias do campo monárquico, no caso de alguns da Acção Realista e, no caso de outros, do integralismo.

Depois, temos um campo católico quase ausente. A partir de um determinado momento, a diocese procura organizar movimentos católicos, mas não há nunca listas do Centro Católico nos Açores durante todo o período da República, contrariamente ao que aconteceu em muitos outros pontos do País. É certo que alguns sacerdotes são candidatos nas listas do Partido Regionalista, não sendo eleitos, mas não há nunca listas do Centro Católico como tal, elegendo deputados. Portanto, aqui há um relativo apagamento deste sector.

Na articulação com forças nacionais, obviamente, o período da República pode ser visto nos Açores como não se tendo caracterizado, mesmo nos períodos de governação do Partido Democrático à escala nacional e à escala local, por um contexto político de elevado grau de anti-clericalismo. Esta é outra coisa que devia ser estudada.

Tenho a opinião de que os líderes locais republicanos sempre modularam um pouco para menos a vaga anti-clericalista do Partido Democrático a nível nacional e não houve, no período da República, uma questão religiosa nos Açores com a incidência e a força com que ocorreu noutros pontos do País.

Por outro lado, há uma ausência de actos violentos. Isto é, aqueles actos dos anarquistas, bombistas, da carbonária, penso que não tiveram lugar nos Açores com a intensidade que tinham, por exemplo, em Lisboa. Até pergunto a mim próprio se a carbonária teve alguma organização nos

Açores. A maçonaria, sim. Como sabem, durante o período monárquico cindiu-se em duas orientações e dois tipos de loja, uma progressista e outra regeneradora, e, durante o período da República, pelos estudos que têm vindo a ser publicados, foi também dividida em dois campos, um reunindo os fiéis do Partido Democrático, de Afonso Costa, e outra reunindo os moderados dos restantes campos políticos da República, camachistas e almeidistas, se os havia, e os monárquicos. Esta é também uma das características da I República nos Açores que é interessante estudar.

Passamos a uma fase final, que já vai longa esta intervenção.

Devo dizer-vos que a República merece ser mais estudada. No Estado Novo não se estudava a República. Era implicitamente denegrida, era um regime de instabilidade política, mas também não era radicalmente diabolizada como modelo ideal. A oposição, essa sim, celebrava-a tacticamente.

Não nos podemos esquecer que Salazar foi uma vez eleito deputado no tempo da República – da segunda vez foi candidato, por Arganil, mas não foi eleito – e não restaurou a monarquia, mantendo sempre uma ligação com os militares do 28 de Maio prefigurada na seguinte aliança: «eu sou o Primeiro-Ministro e mando no Governo e pomos um militar da minha confiança como Presidente da República, mas não vamos pôr lá ninguém como rei». Digamos que o saldo que Salazar fez sobre a República era a favor do modelo republicano, só que numa versão autoritária, porque também não lhe agradava a monarquia liberal ou uma regência.

Devo dizer que, por vezes, leio com atenção historiadores ou teóricos de índole muito autonomista que estudam este período nos Açores e eles concentram-se tanto na questão autonómica que ignoram tudo o resto, Para percebermos bem o movimento autonómico é preciso não o transformar em

coisa única, é preciso perceber que havia outras realidades, outras forças em jogo, para melhor compreender tudo.

Portanto, é bom estudar tudo e depois, no fim, tirar uma conclusão, mas tem de se estudar tudo para depois tirar a conclusão. E não tirar a conclusão antes de estudar.

Quanto a factos, para que nos Açores e no País em geral não se fale muito de Manuel de Arriaga, diria que ele foi conjunturalmente pimentista e só há pouco tempo começou a ser estudado, só há poucos anos foi para o Panteão Nacional. Havia sobre Manuel de Arriaga uma cortina de silêncio, que era de desaprovação, oriunda do campo republicano afonsista.

Teófilo Braga é falado quanto às ideias, é o doutrinador da República, mas, depois, não é muito estudado, porque foi quem dirigiu o Governo Provisório. É certo que muitas das coisas que fez terão sido coisas com as quais não concordava, mas ele era o chefe do governo e, portanto, quando falamos de Teófilo Braga, há sempre duas pessoas em análise: uma é a pessoa ideal, que é o autor dos estudos de história literária, o doutrinador, mas, depois, há o problema do Governo Provisório. Portanto, Teófilo Braga é sempre estudado mais de uma forma ideal do que propriamente de uma forma muito concreta.

Goulart Medeiros é natural da Horta e o seu pai era o líder do Partido Progressista local durante a monarquia, foi ministro, foi Presidente do Senado da República e grande figura, mas foi pimentista, e por isso, foi preso e exilado nos Açores durante a própria República. A sua biografia foi um pouco ofuscada, até na terra natal, a cidade da Horta.

Francisco Luís Tavares é conhecido; as pessoas conhecem a sua acção na Companhia de Navegação Carregadores Açorianos, na fundação do Teatro Micaelense e sabem que esteve ligado a José Bruno Carreiro na fundação do *Correio dos Açores*, mas a sua biografia política não está feita.

Foi várias vezes governador civil, deputado às Constituintes, membro interveniente na crise académica de Coimbra de 1907 e merecia uma biografia política. No campo da República, era um unionista que depois evoluiu para liberal e sempre defendeu uma aliança com o grupo autonomista, sendo esse o sentido da fundação do *Correio dos Açores*. Também ele não está suficientemente estudado, como merecia.

Hermano José de Medeiros era um unionista, liberal, nacionalista. Dá-se um prémio a quem, na ilha de S. Miguel disser quem era Hermano José de Medeiros, e merecia ser estudado, pois é um grande político deste período, com imensa influência política.

Filomeno da Câmara e toda uma geração pró-autoritária não estão bem analisados.

A geração do grupo democrático, com Augusto Arruda, António de Medeiros Franco, Rodrigo Álvares Cabral, Jeremias da Costa e Jaime Hintze, por vezes, também não são estudados porque eram do Partido Democrático, de Afonso Costa.

Portanto, aqui há um silenciamento, por uma razão ou por outra, e acabam sempre por prevalecer os detractores em matéria de silenciamento: uns porque são de um lado, outros porque são do outro, uns contra os outros, realizam um silenciamento no estudo!

Falta um trabalho objectivo que os faça reviver, mas temos de render homenagem a todos estes homens, àqueles que morreram silenciosos ou silenciados, ocultados, às vezes nas próprias famílias, que, até involuntariamente, os não conhecem como antepassados políticos, os que se reconverteram na vida civil ou empresarial, os que aderiram depois à Ditadura Militar ou ao Estado Novo, à União Nacional, os que escreveram e os que não escreveram, os que deixaram e os que não deixaram arquivos, os que resistiram passivamente.

Não me parece que algum destes intervenientes e destes nossos concidadãos históricos tenha deixado atrás de si um rasto de destruição, o que me parece é que muitos deles foram devorados pelas circunstâncias de um período altamente controverso e turbulento.

Como vos disse, se a I República não nasce nos Açores com uma grande efusão popular, também aqui não morre com grande efusão popular em torno da sua destruição.

Vemos o que sucedeu depois, as trajectórias diferentes. É um período interessante da nossa história, um período que ele mesmo é o reflexo e a encruzilhada da época que o antecedeu, em especial na fase final do constitucionalismo monárquico, e um período rico, depois, porque é sobretudo da fase final da I República que podemos compreender as linhas de evolução do 28 de Maio, da Ditadura Militar, da Constituição de 1933 e do que se lhe segue em relação à asfixia do próprio regime autonómico, às instituições, ao pessoal político e à forma de integrar os Açores no conjunto do Estado.

Portanto, temos aqui terreno para grandes pesquisas e reflexões. Sobre ele apenas quis deixar o meu testemunho pessoal, que, como qualquer reflexão própria, também é sujeito à crítica, porque nada é perfeito, mas representa um esforço da minha parte em tentar compreender aqueles que aqui nos Açores nos antecederam numa época conturbada da vida do nosso País.

Muito obrigado.